

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA CONSTRUTORA SULTEPA S.A., REALIZADA EM 17 DE DEZEMBRO DE 1999.

Data, Horário e Local: Aos 17 (dezesete) dias do mês de dezembro de 1999, às 10:30, na sede social da Companhia, na Rua Florianópolis, nº 1.000, em Estância Velha, Rio Grande do Sul. Convocação: Dispensada a convocação prévia conforme faculta o Estatuto Social da Companhia, considerando a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. Presença: Presentes a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. Mesa: Aberta a Reunião, assumiu a Presidência o Sr. José Portella Nunes, que convidou o Sr. Antônio Salvador para secretariar a Reunião. Ordem do Dia: (I) Re-ratificação das condições e características da 4ª emissão pública de Debêntures simples da Companhia, originalmente propostas aos Senhores Acionistas por intermédio de correspondência enviada em 16 de setembro de 1999. Deliberações Tomadas por Unanimidade: (I) Tendo em vista as condições atuais de mercado, e visando maximizar os ganhos da 4ª emissão pública de Debêntures simples da Companhia ("Emissão"), os membros do Conselho de Administração deliberaram e aprovaram, à unanimidade de votos, re-ratificar as condições e características da Emissão, originalmente propostas aos Senhores Acionistas por intermédio de correspondência enviada em 16 de setembro de 1999. A 4ª emissão para distribuição pública de Debêntures simples da Companhia (as "Debêntures") passará a ter as seguintes condições e características: 1. Data de Emissão: A data de emissão das Debêntures será 03 (três) de janeiro de 2000. 2. Valor Total da Emissão: O valor total da emissão, na data da emissão, será de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais). 3. Séries: A emissão será realizada em uma única série. 4. Quantidade de Debêntures: Serão emitidas 50.000 (cinquenta mil) Debêntures. 5. Valor Nominal Unitário e Atualização: O valor nominal unitário das Debêntures, na data de emissão, será de R\$ 1.000,00 (um mil reais). O valor nominal da Debênture não será atualizado. 6. Forma e Espécie: As Debêntures serão nominativas, escriturais, não endossáveis, não conversíveis em ações, da espécie com garantia flutuante. 7. Data de Vencimento: A data de vencimento das Debêntures será 30 (trinta) de abril de 2003. 8. Preço de Subscrição e Forma de Pagamento: O preço de subscrição das Debêntures será o seu valor nominal acrescido da remuneração definida no item 10, desde a data de emissão até a data de subscrição. As Debêntures serão inscritas ao par. As Debêntures serão integralizadas em moeda corrente nacional, à vista, no ato da subscrição, ou poderão ser integralizadas mediante créditos, especialmente Debêntures de sua 1ª, 2ª e 3ª emissões ainda em circulação. 9. Procedimento de Colocação: As Debêntures serão objeto de distribuição pública com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, utilizando-se o procedimento diferenciado de distribuição previsto no artigo 33 da Instrução CVM nº 13 de 30/09/80, atendida ordem cronológica, não existindo reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos. 10. Remuneração: As Debêntures renderão juros correspondentes à variação acumulada de 105% (cento e cinco por cento) das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI de um dia, Extra-Grupo (Taxas DI), calculadas e divulgadas pela CETIP – Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos, incidentes sobre o saldo do valor nominal da Debênture, a partir da data de emissão e pagos ao final de cada Período de Capitalização, de acordo com a fórmula abaixo, sendo que: (i) Período de Capitalização é o intervalo de tempo que se inicia na data de emissão das Debêntures, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento dos juros imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento de juros correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade. O pagamento de juros referente ao primeiro período de capitalização será devido em 30/04/2001, sendo os demais pagamentos efetuados semestralmente, nos meses de abril e outubro de cada ano, até o seu vencimento, conforme o seguinte planejamento: 2º Pagamento: Pagamento: 30/04/2003; (ii) Subperíodos de Capitalização são os prazos definidos de acordo com as Taxas DI apuradas, sendo que: o primeiro Subperíodo de Capitalização inicia-se na data de emissão das Debêntures e termina no prazo definido pela Taxa DI apurada naquela data; os Subperíodos de Capitalização seguintes são definidos apurando-se a Taxa DI no vencimento do Subperíodo anterior, e entendendo-se o prazo desta taxa como o novo subperíodo em vigor, sendo que o último Subperíodo de Capitalização terá seu vencimento na mesma data de vencimento do Período de Capitalização; (iii) as taxas dos subperíodos são acumuladas de forma exponencial utilizando-se o critério *pro rata temporis* por dias úteis, se necessário, até a data do efetivo pagamento dos juros, de forma a cobrir todo o Período de Capitalização. O cálculo dos juros obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VN \times \left[\left(a_1 \times a_2 \times \dots \times a_j \right) \times \left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{360}} - 1 \right]$$

onde:

J é o valor dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização; VN é o valor nominal da debênture no início do Período de Capitalização; aj é o fator de variação da Taxa DI relativo ao subperíodo "j"; (a1 x a2 x ... x aj) é o produto dos fatores aj no Período de Capitalização; spread é igual a 0 (zero) e n é igual ao número de dias corridos do Período de Capitalização. Os termos a1, a2, aj serão obtidos de acordo com a seguinte fórmula:

$$a_j = \left\{ \left[\left(1 + \frac{\text{Taxa DI}_j}{100} \right)^{\frac{1}{252}} - 1 \right] \times \frac{FM}{100} \right\} + 1$$

onde:

Taxa DIj é a Taxa DI divulgada pela CETIP, na forma percentual ao ano; FM é o fator multiplicador a ser aplicado sobre a Taxa DI, correspondente a 105. A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária, será utilizada, em sua substituição a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida, na data de encerramento do último subperíodo de capitalização, acrescida do Fator Multiplicador e do spread, se houver, até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Companhia quanto pelos debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI relativa à data de encerramento do último subperíodo de capitalização. Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 5 (cinco) dias, ou, ainda, no caso de sua extinção ou por imposição legal, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia-Geral de Debenturistas para definição, de comum acordo com a Companhia, do parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação do parâmetro a ser aplicado será utilizada para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas na Escritura de Emissão a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida, acrescida do Fator Multiplicador e do spread, se houver, até a data da deliberação da Assembleia-Geral de Debenturistas. 11. Negociação: As Debêntures terão registro para negociação no mercado secundário por meio do SND – Sistema Nacional de Debêntures, administrado pela ANDIMA – Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto, e operacionalizado pela CETIP. 12. Juros Moratórios: Ocorrendo impuntualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos debenturistas, os débitos, vencidos e não pagos pela Companhia, ficarão sujeitos à multa não compensatória de 10% (dez por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, sendo ambos computados sobre os valores em atraso acrescidos da remuneração nos termos da Escritura, desde a data de inadimplência até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial. 13. Vencimento Antecipado: O agente fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações das Debêntures objeto desta emissão, e exigir o imediato pagamento pela Companhia, das Debêntures em circulação, pelo valor nominal, acrescido da remuneração,

conforme item 10 acima, na ocorrência das seguintes hipóteses: a) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a Companhia, cujo valor global ultrapasse R\$ 100.000,00 (cem mil reais), salvo (i) se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela Companhia, (ii) se for cancelado ou ainda (iii) se forem prestadas garantias em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 3 (três) dias de sua ocorrência; b) pedido de concordata preventiva formulado pela Companhia; c) liquidação ou decretação de falência da Companhia; d) falta de cumprimento pela Emissora de qualquer obrigação prevista na Escritura, não sanada em 30 (trinta) dias, contados a partir do aviso por escrito enviado pelo agente fiduciário.

14. Resgate Facultativo: As Debêntures poderão ser resgatadas a critério do Conselho de Administração da Companhia, respeitados os prazos mínimos, se houver, a contar da data do primeiro dia do início da distribuição pública e mediante aviso prévio de 30 (trinta) dias. O resgate poderá ser total ou parcial, pelo seu valor nominal acrescido da remuneração conforme prevista no item 10. Na hipótese do resgate antecipado parcial, adotar-se-á o critério de sorteio, a ser realizado com a presença do agente fiduciário e divulgado amplamente pela imprensa.

15. Aquisição Facultativa: A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir no mercado Debêntures em circulação, por preço não superior ao de seu Valor Nominal, observado o disposto no parágrafo segundo do artigo 55 da Lei nº 6.404/76. As Debêntures objeto desse procedimento poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da Emissora, ou serem novamente colocadas no mercado.

Lavratura e Leitura da Ata: como nada mais houvesse a ser tratado, após ter sido oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, ninguém se manifestando, foram encerrados os trabalhos e suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura dessa ata no livro próprio, a qual, reaberta a sessão, foi lida, conferida, aprovada, e por todos os presentes assinada. Estância Velha, 17 de dezembro de 1999. José Portella Nunes - Presidente da Reunião; Antônio Salvador - Secretário da Reunião; Conselheiros: José Portella Nunes; Sérgio Octávio Lins; Asitir Brasil Santos e Silva; Beno Luiz Kroeff; Jacy Irena Veit; Paulo Cesar Battastini; Antonio Salvador.